



**PROTOCOLO DE PREVENÇÃO E MEDIAÇÃO DE CRISES EM
ESTUDANTES COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA:
ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE
FORTALEZA**

**PROTOCOL FOR THE PREVENTION AND MEDIATION OF CRISES IN
STUDENTS WITH AUTISM SPECTRUM DISORDER: PEDAGOGICAL
STRATEGIES IN THE MUNICIPAL EDUCATION NETWORK OF
FORTALEZA**

¹Francisca Zélia Oliveira Freire, Centro Universitário do Sul de Minas- UNIS, Varginha- MG, francisca.freire@alunos.unis.edu.br; <https://orcid.org/0009-0005-9768-5636>

² Alana Kylvia Oliveira Freire, Centro Universitário Fametro- Unifametro, Fortaleza- CE, alanakylvia17@gmail.com; <https://orcid.org/0009-0003-1108-1846>

³Suzana Lopes Salgado Ribeiro, Centro Universitário do Sul de Minas- UNIS, Varginha-MG, suzana.ribeiro@falaescrita.com.br; <https://orcid.org/0000-0002-0310-0694>

⁴Nilton dos Santos Portugal, Centro Universitário do Sul de Minas- UNIS, Varginha- MG, nilton@unis.edu.br; <https://orcid.org/0000-0002-3626-3828>

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo descrever estratégias de prevenção e mediação de crises envolvendo estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no contexto da educação inclusiva, a partir da análise do protocolo instituído pela Secretaria Municipal da Educação de Fortaleza (SME). A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza bibliográfica e documental, fundamentada na análise de produções acadêmicas, documentos normativos e legislações que orientam as práticas educacionais voltadas à inclusão de estudantes com TEA no ambiente escolar. O estudo dialoga com autores que discutem a educação inclusiva, o atendimento às especificidades do TEA e os desafios enfrentados pelas instituições escolares no manejo de situações de crise, considerando a importância da formação docente, da organização institucional e da adoção de estratégias pedagógicas preventivas. O trabalho se insere no contexto de crises envolvendo estudantes com TEA frequentemente associadas a fatores sensoriais, dificuldades de comunicação e mudanças na rotina escolar, exigindo da escola intervenções planejadas e fundamentadas em práticas inclusivas. Nesse sentido, o protocolo da SME de Fortaleza apresenta-se como um instrumento orientador que busca apoiar os profissionais da educação na identificação de sinais de crise, na adoção de estratégias preventivas e na mediação de situações críticas, contribuindo para a promoção de um ambiente escolar mais seguro, acolhedor e inclusivo. Destaca-se a importância de implementação de políticas e protocolos institucionais, aliada à formação continuada dos profissionais e ao fortalecimento das práticas colaborativas no espaço escolar, constituindo um elemento para a garantia do direito à educação e para a promoção da inclusão efetiva de estudantes com TEA.

Palavras-chave: Educação inclusiva, Transtorno do Espectro Autista, Políticas educacionais.

ABSTRACT

This article aims to describe strategies for preventing and mediating crises involving students with Autism Spectrum Disorder (ASD) in the context of inclusive education, based on an analysis of the protocol established by the Municipal Education Department of Fortaleza (SME). The research is qualitative, bibliographic, and documentary in nature, grounded in the analysis of academic productions, normative documents, and legislation that guide educational practices aimed at the inclusion of students with ASD in the school environment. The study engages with authors who discuss inclusive education, addressing the specific needs of ASD, and the challenges faced by schools in managing crisis situations, considering the importance of teacher training, institutional organization, and the adoption of preventive pedagogical strategies. This work is situated within the context of crises involving students with ASD, frequently associated with sensory factors, communication difficulties, and changes in the school routine, requiring planned interventions from the school based on inclusive practices. In this sense, the Fortaleza Municipal Education Department's protocol presents itself as a guiding instrument that seeks to support education professionals in identifying signs of crisis, adopting preventive strategies, and mediating critical situations, contributing to the promotion of a safer, more welcoming, and inclusive school environment. The importance of implementing institutional policies and protocols, coupled with the continuing education of professionals and the strengthening of collaborative practices in the school environment, is highlighted, constituting an element for guaranteeing the right to education and promoting the effective inclusion of students with Autism Spectrum Disorder.

Keywords: Inclusive education, Autism Spectrum Disorder, Educational policies.

1 INTRODUÇÃO

A garantia do acesso, da permanência e da aprendizagem de todos os estudantes na escola constitui um princípio fundamental assegurado pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que estabelece a educação como direito de todos e dever do Estado e da família, devendo ser promovida com a colaboração da sociedade para o pleno desenvolvimento da pessoa e o exercício da cidadania (Brasil, 1988). No campo das políticas educacionais contemporâneas, esse princípio tem sido fortalecido pelas diretrizes da educação inclusiva, que defendem o direito dos estudantes público-alvo da Educação Especial de frequentar a escola comum e participar plenamente das atividades escolares, com acesso a recursos e estratégias pedagógicas que garantam sua aprendizagem e desenvolvimento (Brasil, 2020).

Nesse contexto, observa-se um crescimento significativo das matrículas de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nas redes públicas de ensino

brasileiras, refletindo avanços nas políticas de inclusão escolar e no reconhecimento do direito à educação desses estudantes. Dados do Censo Escolar da Educação Básica indicam que, nos últimos anos, houve aumento expressivo na identificação e matrícula de estudantes com TEA nas escolas regulares, o que tem exigido das redes de ensino o desenvolvimento de estratégias pedagógicas, organizacionais e institucionais capazes de responder às necessidades educacionais específicas desse público (Inep, 2023).

No município de Fortaleza, esse cenário também se evidencia no cotidiano das unidades escolares da rede municipal de ensino, onde o aumento da presença de estudantes com TEA tem mobilizado gestores, professores e profissionais de apoio a buscarem novas estratégias para garantir a inclusão escolar efetiva. Entretanto, a ampliação do acesso à escola também tem revelado desafios importantes relacionados ao acompanhamento pedagógico, à organização do ambiente escolar e ao manejo de situações de desregulação emocional e comportamental que podem ocorrer no cotidiano educacional desses estudantes.

Entre essas situações, destacam-se os episódios de crise ou desregulação, que podem ocorrer quando o estudante apresenta dificuldades na regulação emocional, na comunicação ou na adaptação a determinados estímulos ambientais. A literatura aponta que estudantes com TEA podem apresentar maior sensibilidade sensorial, dificuldades na compreensão de mudanças na rotina ou desafios na expressão de suas necessidades, fatores que podem desencadear comportamentos de desorganização emocional quando não adequadamente compreendidos e mediados pelo ambiente escolar (Schmidt; Bosa, 2017).

Portanto, torna-se imprescindível diferenciar comportamentos de desregulação ou crise de manifestações interpretadas equivocadamente como “birra” ou indisciplina. A compreensão dessas diferenças exige formação específica e estratégias pedagógicas adequadas, uma vez que as crises frequentemente estão associadas a sobrecargas sensoriais, dificuldades de comunicação ou frustrações decorrentes de barreiras no processo de interação social e aprendizagem (Rodrigues, 2017). Nesse sentido, estudos sobre educação inclusiva também ressaltam a importância da formação docente e da construção de práticas pedagógicas que considerem a diversidade presente no contexto escolar (Ribeiro; Leal, 2016; Ribeiro; Maciel; Monteiro, 2022).

Diante desse cenário, diversas redes de ensino têm buscado desenvolver instrumentos institucionais que orientem os profissionais da educação quanto à prevenção e à mediação dessas situações. No município de Fortaleza, a Secretaria Municipal da

Educação elaborou o Protocolo de Prevenção e Mediação de Crises em estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e outras neurodivergências na perspectiva pedagógica, documento que apresenta diretrizes voltadas à identificação de sinais de alerta, organização do ambiente escolar, estratégias de prevenção e formas adequadas de intervenção em situações de crise no contexto educacional (Fortaleza, 2026).

O protocolo destaca que a prevenção de crises no ambiente escolar deve estar associada à construção de práticas pedagógicas inclusivas, à organização de rotinas estruturadas, ao conhecimento das características individuais dos estudantes e à atuação articulada entre professores da sala comum, profissionais do Atendimento Educacional Especializado (AEE), assistentes de inclusão e equipe gestora. Dessa forma, reforça-se a compreensão de que a inclusão escolar não se restringe à matrícula do estudante, mas envolve a construção de estratégias institucionais que garantam sua participação, segurança e desenvolvimento no contexto educativo (Fortaleza, 2026).

Nesse processo, a gestão escolar assume papel central na organização do trabalho pedagógico e na promoção de ações formativas que orientem os profissionais da escola quanto ao manejo adequado de situações de crise. Segundo Libâneo (2013), a gestão educacional tem como uma de suas funções principais articular os diferentes atores da escola, criando condições institucionais para o desenvolvimento de práticas pedagógicas que respondam às necessidades dos estudantes.

Entretanto, apesar da existência de orientações institucionais e de avanços nas políticas de educação inclusiva, ainda são observadas dificuldades entre os profissionais da escola quanto à identificação, prevenção e manejo adequado de crises envolvendo estudantes com TEA. Em muitos casos, professores, assistentes de inclusão e gestores relatam insegurança ou falta de formação específica para lidar com essas situações, o que pode gerar respostas inadequadas ou interpretações equivocadas dos comportamentos apresentados pelos estudantes.

Diante dessa realidade, torna-se relevante investigar como a literatura acadêmica e os documentos institucionais têm discutido as estratégias de prevenção e mediação de crises no contexto escolar, bem como compreender os fundamentos teóricos e pedagógicos que orientam a construção de protocolos institucionais voltados à inclusão de estudantes com TEA.

Sendo assim, a presente pesquisa tem como objetivo analisar a produção acadêmica e documental sobre estratégias de prevenção e mediação de crises envolvendo estudantes com Transtorno do Espectro Autista no contexto escolar, com destaque para o

protocolo elaborado pela Secretaria Municipal da Educação de Fortaleza. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, de caráter bibliográfico, configurando-se como um estudo do estado da arte sobre a temática, buscando identificar como a literatura educacional e os documentos institucionais têm abordado os desafios, limites e possibilidades das práticas pedagógicas voltadas à prevenção de crises e à promoção da inclusão escolar.

A investigação fundamenta-se na compreensão de que a escola desempenha papel fundamental na construção de ambientes educativos inclusivos, capazes de reconhecer as singularidades dos estudantes e promover condições adequadas para sua aprendizagem e desenvolvimento. Nesse sentido, discutir estratégias de prevenção e mediação de crises no contexto do TEA torna-se relevante não apenas para qualificar o trabalho pedagógico, mas também para fortalecer as políticas públicas de educação inclusiva e ampliar as condições de participação dos estudantes no ambiente escolar.

2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA, TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA E ESTRATÉGIAS INSTITUCIONAIS DE PREVENÇÃO DE CRISES

A compreensão das práticas pedagógicas voltadas ao atendimento de estudantes com Transtorno do Espectro Autista no contexto escolar exige a articulação entre diferentes campos de discussão teórica, que envolvem tanto os princípios da educação inclusiva quanto os estudos relacionados às características do autismo e às estratégias institucionais de organização das práticas educativas. Nesse sentido, a literatura da área aponta que a promoção de ambientes escolares inclusivos depende da transformação das práticas pedagógicas, da ampliação do conhecimento dos profissionais da educação acerca das especificidades do desenvolvimento desses estudantes e da construção de estratégias institucionais que orientem a atuação da equipe escolar.

A partir dessa perspectiva, a presente fundamentação teórica organiza-se em três eixos principais: inicialmente discute-se a educação inclusiva e os processos de escolarização de estudantes com Transtorno do Espectro Autista; em seguida, abordam-se os desafios pedagógicos relacionados às situações de desregulação emocional e às crises no contexto escolar; por fim, analisa-se a importância dos protocolos institucionais e das orientações pedagógicas desenvolvidas pelas redes de ensino, com destaque para o

protocolo de prevenção e mediação de crises adotado pela Secretaria Municipal da Educação de Fortaleza.

2.1 Educação inclusiva e a escolarização de estudantes com Transtorno do Espectro Autista

A educação inclusiva constitui um dos princípios centrais das políticas educacionais contemporâneas, fundamentando-se na compreensão de que todos os estudantes têm direito de aprender juntos no mesmo ambiente escolar, independentemente de suas condições físicas, cognitivas, sociais ou culturais. Essa perspectiva rompe com modelos educacionais segregadores e propõe a reorganização da escola para atender à diversidade presente no contexto educacional. Nesse sentido, a inclusão escolar não se limita ao acesso dos estudantes à escola regular, mas envolve a transformação das práticas pedagógicas, da organização institucional e da cultura escolar, de modo que a diversidade seja reconhecida como parte constitutiva do processo educativo.

No contexto brasileiro, a consolidação da educação inclusiva foi fortalecida por diferentes políticas públicas que buscaram ampliar o acesso de estudantes público-alvo da Educação Especial às escolas regulares. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva estabelece que a escola deve organizar-se para garantir a participação, a aprendizagem e o desenvolvimento desses estudantes, oferecendo recursos pedagógicos e estratégias educacionais adequadas às suas necessidades específicas (Brasil, 2020).

Entre os estudantes atendidos por essas políticas, destacam-se aqueles diagnosticados com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Nas últimas décadas, observa-se crescimento significativo das matrículas de estudantes com TEA nas escolas regulares brasileiras, refletindo avanços no reconhecimento do direito à educação desse público. Contudo, esse processo também evidencia novos desafios para os sistemas educacionais, especialmente no que se refere à organização das práticas pedagógicas e à formação dos profissionais da educação.

De acordo com Mantoan (2015, p. 38).), a inclusão escolar exige que a escola abandone práticas pedagógicas baseadas na homogeneização dos estudantes e passe a reconhecer a diversidade como elemento estruturante do processo educativo. Nesse sentido, a autora destaca que: “a inclusão escolar não se resume ao acesso do aluno com

deficiência à escola regular, mas exige a transformação das práticas pedagógicas e da cultura escolar, de modo que a diversidade seja reconhecida como parte constitutiva do processo educativo”

Contribuindo Rodrigues (2017), ao afirmar que a construção de sistemas educacionais inclusivos exige mudanças estruturais nas práticas pedagógicas, nas políticas educacionais e na formação docente. Para o autor, a inclusão escolar deve ser compreendida como um processo contínuo de transformação da escola, voltado à promoção da equidade e da participação de todos os estudantes.

No campo da educação especial, autores como Glat e Pletsch (2012). destacam que a inclusão de estudantes com deficiência no ensino regular exige a construção de práticas pedagógicas colaborativas e a reorganização do trabalho escolar. Segundo essas autoras, a escolarização de estudantes público-alvo da educação especial depende da articulação entre professores da sala comum, profissionais do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e equipe gestora, de modo a garantir a construção de estratégias pedagógicas capazes de responder às necessidades educacionais específicas desses estudantes.

Nesse contexto, a presença crescente de estudantes com Transtorno do Espectro Autista nas escolas regulares evidencia a necessidade de ampliar as discussões sobre as práticas pedagógicas voltadas a esse público, bem como sobre as estratégias institucionais que podem favorecer sua participação, aprendizagem e desenvolvimento no ambiente escolar.

Contudo, pesquisas mais recentes têm enfatizado que a consolidação da educação inclusiva também depende da valorização dos saberes docentes e da reflexão sobre as práticas pedagógicas construídas no cotidiano escolar. Estudos de Ribeiro e Leal (2016), Ribeiro, Brisola e Sebastian-Herederro (2020), Ribeiro, Bizarria e Mendonça (2020) e Ribeiro, Maciel e Monteiro (2022) evidenciam que as narrativas e experiências dos professores constituem importantes fontes de compreensão sobre os desafios e possibilidades da inclusão escolar.

Os estudos supramencionados ressaltam que a construção de práticas pedagógicas inclusivas envolve processos de formação continuada, colaboração entre profissionais da escola e desenvolvimento de estratégias pedagógicas que considerem as especificidades dos estudantes, contribuindo para o fortalecimento de uma cultura escolar comprometida com a diversidade e com a promoção da aprendizagem de todos.

Dessa forma, compreender a escolarização de estudantes com Transtorno do Espectro Autista no contexto da educação inclusiva implica considerar não apenas os princípios que orientam as políticas educacionais e as práticas pedagógicas, mas também os desafios concretos vivenciados no cotidiano escolar. Entre esses desafios, destacam-se as situações de desregulação emocional e comportamental que podem ocorrer durante as atividades escolares, exigindo da equipe pedagógica estratégias de mediação, prevenção e acompanhamento adequadas. Nesse sentido, o próximo tópico discute os aspectos relacionados às crises no contexto do TEA e suas implicações para a organização das práticas pedagógicas no ambiente escolar.

2.2 Crises, desregulação emocional e desafios pedagógicos no contexto do TEA

O Transtorno do Espectro Autista é caracterizado como um transtorno do neurodesenvolvimento marcado por dificuldades persistentes na comunicação social e na interação social, além da presença de padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades (APA, 2014). Essas características podem influenciar significativamente a experiência escolar dos estudantes, especialmente em ambientes que apresentam elevada estimulação sensorial, mudanças frequentes de rotina ou dificuldades na mediação pedagógica.

No cotidiano escolar, estudantes com TEA podem apresentar episódios de desregulação emocional ou comportamental, frequentemente denominados crises. Esses episódios podem ocorrer quando o estudante enfrenta dificuldades para lidar com estímulos ambientais intensos, mudanças inesperadas nas atividades ou limitações na comunicação de suas necessidades. Nessas situações, podem surgir manifestações comportamentais como choro intenso, agitação motora, isolamento ou comportamentos repetitivos.

Segundo Bosa (2002), muitos comportamentos apresentados por pessoas com autismo estão relacionados às dificuldades de comunicação e à forma como esses indivíduos processam as informações do ambiente. Assim, manifestações comportamentais que podem ser interpretadas como desobediência ou indisciplina frequentemente representam formas de expressão de desconforto ou dificuldade de interação com o contexto social.

Ademais, “as manifestações comportamentais de crianças e adolescentes com autismo muitas vezes refletem dificuldades de comunicação e de processamento

sensorial, não podendo ser interpretadas apenas como comportamentos de oposição ou desobediência” (Schmidt; Bosa, 2017, p. 86).

Além das questões comunicacionais, a literatura também aponta a sensibilidade sensorial como um fator importante na compreensão das crises envolvendo estudantes com TEA. Ambientes escolares com ruídos intensos, iluminação inadequada, grande circulação de pessoas ou mudanças frequentes de rotina podem gerar sobrecarga sensorial, desencadeando situações de estresse e desregulação emocional.

A organização do ambiente escolar desempenha papel fundamental na construção de práticas pedagógicas inclusivas. Segundo a autora, a escola precisa desenvolver estratégias pedagógicas capazes de reduzir barreiras à participação e à aprendizagem dos estudantes, o que inclui a adaptação das rotinas escolares, o uso de recursos visuais e a mediação adequada das interações sociais (Figueiredo, 2018).

Nesse sentido, estudos mais recentes também ressaltam que a construção de práticas educativas inclusivas depende da formação docente e da capacidade da escola de reconhecer e responder às diferentes necessidades dos estudantes. Pesquisas de Ribeiro e Leal (2016) e Ribeiro, Maciel e Monteiro (2022) evidenciam que os saberes docentes, construídos a partir das experiências e das narrativas dos professores, constituem elementos fundamentais para a consolidação de práticas pedagógicas voltadas à inclusão e ao atendimento da diversidade presente no contexto escolar.

Ao discutir os processos de construção da educação inclusiva no contexto escolar:

As narrativas dos professores revelam experiências, percepções e desafios vivenciados no processo de escolarização de estudantes com deficiência, permitindo compreender como as práticas pedagógicas são construídas e resignificadas no cotidiano escolar. Ao dar visibilidade a essas experiências, torna-se possível ampliar a compreensão sobre os caminhos e desafios da educação inclusiva nas escolas. (Ribeiro; Leal, 2016, p. 168).

Dessa forma, a prevenção de crises envolvendo estudantes com TEA depende da compreensão das características do transtorno e da organização de práticas pedagógicas estruturadas que favoreçam a previsibilidade, a comunicação e o bem-estar dos estudantes no ambiente escolar.

2.3 Protocolos institucionais e a organização das práticas de prevenção de crises

A construção de práticas pedagógicas inclusivas no ambiente escolar exige não apenas iniciativas individuais dos professores, mas também a organização de estratégias institucionais que orientem o trabalho pedagógico e favoreçam a atuação articulada entre

os diferentes profissionais da escola. Nesse sentido, documentos orientadores e protocolos institucionais têm sido desenvolvidos por diversas redes de ensino com o objetivo de apoiar os profissionais da educação na condução de situações complexas do cotidiano escolar.

No campo da gestão educacional, destaca-se a importância da organização institucional do trabalho pedagógico como elemento fundamental para a promoção de práticas educativas mais estruturadas. De acordo com Libâneo (2013), a gestão escolar desempenha papel estratégico na articulação entre os diferentes sujeitos da escola e na organização das condições institucionais necessárias ao desenvolvimento das práticas pedagógicas. Para o autor, “a gestão escolar assume papel estratégico na organização do trabalho pedagógico, pois é por meio dela que se articulam os processos de planejamento, acompanhamento e avaliação das práticas educativas desenvolvidas na escola” (Libâneo, 2013, p. 120).

No contexto da educação inclusiva, essa organização institucional torna-se ainda mais relevante, uma vez que o atendimento às necessidades educacionais dos estudantes exige a atuação coletiva de professores, profissionais do Atendimento Educacional Especializado, assistentes de inclusão e equipe gestora. A articulação entre esses profissionais possibilita a construção de estratégias pedagógicas mais adequadas às especificidades dos estudantes e favorece a criação de ambientes escolares mais estruturados e acolhedores. Estudos recentes também apontam que a consolidação da educação inclusiva depende do fortalecimento da formação docente e da valorização dos saberes construídos pelos professores no cotidiano escolar, os quais contribuem para a elaboração de práticas pedagógicas mais sensíveis à diversidade e às necessidades dos estudantes (Ribeiro; Leal, 2016; Ribeiro; Maciel; Monteiro, 2022).

Portanto, diferentes redes de ensino têm desenvolvido protocolos institucionais voltados à orientação das práticas pedagógicas relacionadas à prevenção e ao manejo de crises envolvendo estudantes com Transtorno do Espectro Autista. Esses documentos apresentam diretrizes relacionadas à identificação de sinais de alerta, à organização do ambiente escolar, ao planejamento de estratégias preventivas e às formas adequadas de intervenção durante episódios de desregulação emocional.

No município de Fortaleza, a Secretaria Municipal da Educação de Fortaleza elaborou o Protocolo de Prevenção e Mediação de Crises em estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e outras neurodivergências na perspectiva pedagógica,

documento que orienta as unidades escolares quanto à adoção de estratégias voltadas à prevenção e ao manejo dessas situações no contexto educacional (Fortaleza, 2026).

O protocolo enfatiza que a prevenção de crises deve ser compreendida como um processo pedagógico contínuo, baseado na observação das necessidades individuais dos estudantes, na organização de rotinas estruturadas e na atuação articulada entre os profissionais da escola. Além disso, o documento contribui para orientar os professores na identificação e diferenciação entre episódios de desregulação emocional e comportamentos frequentemente interpretados como birra ou indisciplina. Essa distinção é fundamental para que os profissionais da educação possam compreender as manifestações comportamentais dos estudantes com TEA de forma adequada e adotar estratégias pedagógicas de mediação que favoreçam a regulação emocional, a comunicação e o bem-estar dos estudantes no ambiente escolar.

Por conseguinte, os protocolos institucionais configuram-se como instrumentos importantes para orientar as práticas pedagógicas e fortalecer a atuação dos profissionais da educação na construção de ambientes escolares mais inclusivos. Ao sistematizar orientações pedagógicas e institucionais, esses documentos contribuem para ampliar a compreensão sobre as necessidades educacionais dos estudantes com TEA e para apoiar as escolas na implementação de estratégias voltadas à prevenção de crises, à mediação pedagógica e à promoção do bem-estar e da participação dos estudantes no contexto escolar.

3 MATERIAIS E MÉTODOS

No que se refere aos procedimentos técnicos, trata-se de uma pesquisa de natureza bibliográfica, desenvolvida a partir da análise de produções já publicadas, como livros, artigos científicos, dissertações, teses, documentos institucionais e legislações relacionadas à educação inclusiva, ao Transtorno do Espectro Autista e às estratégias de prevenção e manejo de crises no ambiente escolar. A pesquisa bibliográfica, conforme afirma Gil (2019), permite ao pesquisador acessar e analisar diferentes contribuições teóricas já produzidas sobre determinado tema, possibilitando a construção de um panorama crítico sobre o estado do conhecimento.

Como estratégia metodológica, adotou-se o procedimento conhecido como estudo do estado da arte, que consiste no levantamento, mapeamento e análise das produções acadêmicas mais relevantes sobre determinado campo de investigação. Esse tipo de estudo permite identificar tendências de pesquisa, lacunas investigativas e diferentes abordagens teóricas relacionadas à temática analisada. De acordo com Romanowski e Ens (2006), os estudos do estado da arte possibilitam compreender como determinado tema vem sendo investigado ao longo do tempo, contribuindo para a sistematização do conhecimento produzido em uma área específica.

A presente pesquisa caracteriza-se como de natureza qualitativa, uma vez que busca compreender e interpretar as discussões presentes na literatura acadêmica e em documentos institucionais acerca da prevenção e mediação de crises envolvendo estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no contexto escolar. A abordagem qualitativa mostra-se adequada para a investigação de fenômenos sociais complexos, pois permite analisar significados, interpretações e construções teóricas relacionadas à temática investigada. Conforme destacam Chueke e Lima (2012), a pesquisa qualitativa possibilita uma análise aprofundada dos fenômenos sociais, permitindo diferentes interpretações da realidade e favorecendo a compreensão de processos educativos em sua complexidade.

Quanto aos objetivos, o estudo classifica-se como exploratório, pois busca ampliar a compreensão acerca das estratégias pedagógicas e institucionais voltadas à prevenção de crises no ambiente escolar envolvendo estudantes com TEA. Esse tipo de pesquisa é especialmente indicado quando o tema investigado ainda apresenta lacunas teóricas ou necessita de maior sistematização das produções acadêmicas existentes. Segundo Gil (2019), a pesquisa exploratória tem como finalidade proporcionar maior familiaridade com determinado problema, contribuindo para o desenvolvimento de reflexões críticas e para a construção de novas perspectivas de investigação.

O levantamento bibliográfico foi orientado por descritores relacionados à temática, tais como: educação inclusiva, Transtorno do Espectro Autista, crises no ambiente escolar, desregulação emocional, práticas pedagógicas inclusivas e gestão escolar. A partir desses descritores, foram selecionadas produções acadêmicas relevantes disponíveis em bases de dados científicas, periódicos da área da educação, livros especializados e documentos institucionais relacionados às políticas de educação inclusiva.

A pesquisa bibliográfica também foi realizada na plataforma de periódicos, especialmente em publicações da **Revista Humanidades & Inovação**, bem como na base de dados da Scientific Electronic Library Online (SciELO). Além disso, foram consultados materiais disponíveis no acervo institucional elaborado e organizado pela Secretaria Municipal da Educação de Fortaleza, que reúne documentos, orientações pedagógicas e produções técnicas voltadas às políticas e práticas da educação inclusiva no município.

Entre os achados destacam-se autores que discutem a educação inclusiva e a escolarização de estudantes com deficiência. Nesse contexto, foram considerados referenciais teóricos clássicos da área da educação inclusiva, como Mantoan (2015), Rodrigues (2017) e Libâneo (2013), que discutem os fundamentos da educação inclusiva, a organização do trabalho pedagógico e os desafios da escola frente à diversidade. Também foram analisados estudos voltados especificamente ao Transtorno do Espectro Autista e às estratégias educacionais direcionadas a esse público, como Schmidt e Bosa (2017).

A revisão bibliográfica também foi ampliada com produções mais recentes que abordam práticas pedagógicas inclusivas, formação docente e educação na diversidade, como os estudos de Ribeiro e Leal (2016), Ribeiro, Brisola e Sebastian-Heredero (2020), Ribeiro, Bizarria e Mendonça (2020), Ribeiro (2021) e Ribeiro, Maciel e Monteiro (2022), além de Ribeiro, Maciel e Monteiro (2022) e Ribeiro, Maciel e Monteiro (2022), que discutem saberes docentes, narrativas de professores e desafios da consolidação da educação inclusiva no contexto escolar. Esses autores contribuem para a compreensão das características educacionais dos estudantes com TEA e para a análise das práticas pedagógicas necessárias à construção de ambientes escolares mais inclusivos.

No que se refere ao corpus documental da pesquisa, foram analisados documentos normativos e institucionais relacionados às políticas de educação inclusiva e às estratégias de prevenção de crises no ambiente escolar. Entre esses documentos destacam-se a Constituição da República Federativa do Brasil (1988), a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2020) e o Protocolo de Prevenção e Mediação de Crises em estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e outras neurodivergências na perspectiva pedagógica, elaborado pela Secretaria Municipal da Educação de Fortaleza (Fortaleza, 2024). A análise desses documentos possibilitou compreender as diretrizes institucionais que orientam as práticas educacionais voltadas à inclusão de estudantes com TEA no contexto escolar.

O processo de construção do artigo foi organizado em etapas. Inicialmente, realizou-se o levantamento bibliográfico em bases acadêmicas e documentos institucionais relacionados à temática. Em seguida, procedeu-se à leitura analítica e interpretativa dos materiais selecionados, buscando identificar conceitos centrais, abordagens teóricas recorrentes e contribuições relevantes para a compreensão do fenômeno investigado. Posteriormente, os dados obtidos foram sistematizados e articulados ao referencial teórico adotado, possibilitando a construção de uma análise crítica acerca das estratégias de prevenção de crises envolvendo estudantes com TEA no ambiente escolar.

Para a interpretação dos dados, foi utilizada a técnica de análise de conteúdo, conforme proposta por Bardin (2016). Essa abordagem metodológica permite a organização e a categorização de informações presentes em textos e documentos, possibilitando identificar padrões, recorrências e lacunas nas produções analisadas. Por meio desse procedimento, foi possível sistematizar as principais contribuições da literatura sobre o tema e compreender como as estratégias de prevenção e mediação de crises vêm sendo discutidas no campo da educação inclusiva.

Dessa forma, a metodologia adotada possibilita não apenas a sistematização do conhecimento existente sobre o Transtorno do Espectro Autista e as crises no ambiente escolar, mas também a construção de uma reflexão crítica acerca das estratégias institucionais e pedagógicas voltadas à prevenção dessas situações, com destaque para as orientações presentes no protocolo elaborado pela Secretaria Municipal da Educação de Fortaleza.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise das produções acadêmicas e dos documentos institucionais relacionados ao Transtorno do Espectro Autista (TEA) e à educação inclusiva possibilitou identificar categorias analíticas que contribuem para compreender como a literatura e as políticas educacionais têm abordado a prevenção e a mediação de crises no ambiente escolar. A sistematização dessas categorias evidenciou tendências recorrentes na produção científica e reforçou a importância de instrumentos institucionais que orientem as práticas pedagógicas voltadas ao atendimento de estudantes com TEA no contexto da escola regular.

Uma primeira categoria identificada refere-se ao crescimento das matrículas de estudantes com Transtorno do Espectro Autista nas escolas regulares. Esse aumento está diretamente relacionado ao fortalecimento das políticas públicas de educação inclusiva, que passaram a garantir o acesso e a permanência de estudantes público-alvo da Educação Especial no ensino comum.

Dados do Censo Escolar indicam que, nas últimas décadas, houve ampliação significativa da presença desses estudantes nas escolas regulares, o que evidencia avanços na democratização do acesso à educação. No entanto, esse movimento também evidencia novos desafios para as redes de ensino, sobretudo no que se refere à organização das práticas pedagógicas e à formação dos profissionais da educação para atuar em contextos inclusivos. Nesse sentido, a inclusão escolar exige mais do que a matrícula dos estudantes, demandando mudanças nas práticas pedagógicas e na organização das instituições escolares, de modo que a escola se torne um espaço efetivamente acessível à diversidade dos estudantes (Mantoan, 2015; Rodrigues, 2013).

Destaca-se a importância da formação docente, feita a partir da prática da sala de aula, de forma a valorizar saberes construídos pelos professores no cotidiano escolar para a consolidação da educação inclusiva. As narrativas e experiências dos profissionais da educação evidenciam que a construção de práticas pedagógicas voltadas à diversidade envolve processos contínuos de reflexão, aprendizagem e adaptação das estratégias didáticas às necessidades dos estudantes. Conforme discutem Ribeiro e Leal (2016), a experiência docente constitui um elemento central na compreensão das demandas da educação inclusiva, pois permite identificar desafios concretos enfrentados pelos professores e orientar a construção de práticas pedagógicas mais sensíveis às diferenças presentes no contexto escolar.

Outra categoria evidenciada na análise refere-se aos fatores que podem desencadear episódios de desregulação emocional ou comportamental em estudantes com TEA no ambiente escolar. A literatura especializada aponta que muitos desses episódios estão relacionados às características próprias do transtorno, como dificuldades na comunicação social, na interpretação de estímulos do ambiente e na adaptação a mudanças inesperadas na rotina. Ambientes escolares caracterizados por elevada estimulação sensorial, como ruídos intensos, grande circulação de pessoas ou mudanças frequentes nas atividades, podem contribuir para a sobrecarga sensorial desses estudantes. Nessas situações, podem ocorrer manifestações comportamentais que expressam desconforto, ansiedade ou dificuldade de regulação emocional. Estudos sobre o TEA

indicam que essas manifestações não devem ser interpretadas como comportamentos intencionais de indisciplina, mas como formas de comunicação de necessidades ou dificuldades enfrentadas pelos estudantes (Bosa, 2002; Schmidt, 2017).

Nesse contexto, a análise da literatura permitiu identificar uma terceira categoria relacionada às estratégias pedagógicas de prevenção de crises. Diversos estudos indicam que a organização intencional do ambiente escolar pode contribuir significativamente para reduzir situações de desregulação emocional em estudantes com TEA. Entre as estratégias mais recorrentes destacam-se a construção de rotinas estruturadas, o uso de recursos visuais para antecipação das atividades, a adaptação das tarefas escolares e o desenvolvimento de práticas pedagógicas que favoreçam a previsibilidade das ações no cotidiano escolar. A previsibilidade das rotinas contribui para reduzir a ansiedade e possibilita que o estudante compreenda melhor as demandas do ambiente escolar, favorecendo sua participação nas atividades pedagógicas. Além disso, a atuação colaborativa entre professores da sala comum, profissionais do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e equipe gestora é apontada como um fator fundamental para a construção de práticas pedagógicas inclusivas, uma vez que permite compartilhar conhecimentos e desenvolver estratégias mais adequadas às necessidades dos estudantes (Glat; Pletsch, 2012; Figueiredo, 2018).

Ademais, a construção de práticas pedagógicas inclusivas está relacionada à articulação entre diferentes saberes e à incorporação de estratégias inovadoras no cotidiano escolar. Nesse sentido, iniciativas voltadas à educação na diversidade têm destacado a relevância da colaboração entre profissionais da educação e da adoção de práticas pedagógicas que considerem as especificidades dos estudantes, favorecendo sua participação nas atividades escolares e na vida social. De acordo com Ribeiro, Brisola e Sebastian-Heredero (2020), a educação voltada à diversidade demanda o desenvolvimento de estratégias pedagógicas que ampliem as possibilidades de participação e aprendizagem dos estudantes, contribuindo para a construção de uma escola comprometida com os princípios da inclusão e da cidadania.

A análise também evidenciou uma quarta categoria relacionada ao papel dos protocolos institucionais na organização das práticas pedagógicas voltadas à prevenção e à mediação de crises. Nos últimos anos, diferentes redes de ensino têm elaborado documentos orientadores com o objetivo de apoiar os profissionais da educação na condução de situações de desregulação emocional envolvendo estudantes com TEA. No município de Fortaleza, destaca-se o Protocolo de Prevenção e Mediação de Crises em

estudantes com Transtorno do Espectro Autista e outras neurodivergências na perspectiva pedagógica, elaborado pela Secretaria Municipal da Educação. O documento apresenta orientações relacionadas à identificação de sinais de alerta, à organização do ambiente escolar e à construção de estratégias preventivas que contribuam para o bem-estar dos estudantes no espaço escolar (Fortaleza, 2024).

A análise desse protocolo evidencia que a prevenção de crises é compreendida como um processo pedagógico que envolve a atuação coletiva da equipe escolar. O documento orienta que a escola deve priorizar estratégias preventivas, como a observação das necessidades individuais dos estudantes, a construção de rotinas estruturadas e o desenvolvimento de práticas pedagógicas que favoreçam a regulação emocional e a comunicação dos estudantes. Além disso, o protocolo destaca a importância da articulação entre diferentes profissionais da escola, incluindo professores, profissionais do Atendimento Educacional Especializado e equipe gestora, de modo a garantir uma resposta pedagógica adequada às situações de crise.

De modo geral, os resultados da análise indicam que a prevenção de crises envolvendo estudantes com TEA depende de uma combinação de fatores que incluem a organização do ambiente escolar, o desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas e a existência de orientações institucionais que orientem a atuação dos profissionais da educação. Nesse sentido, protocolos institucionais como o elaborado pela Secretaria Municipal da Educação de Fortaleza configuram-se como instrumentos relevantes para apoiar as escolas na construção de práticas pedagógicas mais estruturadas e sensíveis às necessidades dos estudantes com Transtorno do Espectro Autista.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo descrever as estratégias de prevenção e mediação de crises envolvendo estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no ambiente escolar, considerando as discussões presentes na literatura acadêmica e nos documentos institucionais voltados à educação inclusiva. A investigação partiu da compreensão de que o aumento das matrículas de estudantes com TEA nas escolas regulares representa um avanço significativo no acesso à educação, mas também traz novos desafios para a organização do trabalho pedagógico e para a atuação dos profissionais da escola.

No que se refere ao primeiro objetivo da escrita deste artigo, que consistiu em compreender como a literatura aborda a inclusão escolar de estudantes com TEA e as situações de desregulação comportamental no contexto educacional, verificou-se que o processo de inclusão exige mais do que a garantia do acesso à escola. Ele demanda a construção de práticas pedagógicas capazes de considerar as particularidades desses estudantes, especialmente no que se refere às dificuldades de comunicação, às questões sensoriais e às formas de interação social. Esses fatores podem influenciar diretamente o comportamento dos estudantes e, em determinadas situações, resultar em episódios de desregulação ou crise no ambiente escolar.

Nesse sentido, a pesquisa evidenciou que muitas situações de crise vivenciadas no contexto escolar estão relacionadas a fatores como mudanças inesperadas na rotina, excesso de estímulos sensoriais, dificuldades de comunicação ou frustrações decorrentes de atividades que não consideram as necessidades específicas do estudante. A compreensão desses aspectos é fundamental para que os profissionais da educação possam desenvolver intervenções pedagógicas mais adequadas e evitar interpretações equivocadas desses comportamentos.

Em relação ao segundo objetivo, que buscou identificar estratégias de prevenção de crises no ambiente escolar, observou-se que a organização do espaço educativo e das práticas pedagógicas desempenha papel fundamental na promoção do bem-estar dos estudantes com TEA. A construção de rotinas previsíveis, a utilização de recursos visuais, a adaptação das atividades escolares e o acompanhamento mais próximo por parte dos profissionais são estratégias que contribuem para reduzir situações de estresse e favorecer a participação dos estudantes nas atividades escolares.

Outro aspecto relevante identificado ao longo da pesquisa refere-se à importância do trabalho colaborativo entre os diferentes profissionais que atuam na escola. A prevenção e a mediação de crises não devem ser compreendidas como responsabilidade exclusiva do professor em sala de aula, mas como um processo que envolve a atuação conjunta de professores, profissionais do Atendimento Educacional Especializado, assistentes de inclusão e equipe gestora. Essa articulação entre os diferentes atores do contexto escolar possibilita uma compreensão mais ampla das necessidades do estudante e favorece a construção de estratégias pedagógicas mais eficazes.

No que diz respeito ao terceiro objetivo da pesquisa, que consistiu em analisar as orientações presentes em documentos institucionais voltados à prevenção e mediação de crises no ambiente escolar, observou-se que tais documentos buscam orientar os

profissionais da educação quanto à identificação de sinais de alerta, às formas de intervenção pedagógica e à organização de estratégias preventivas no cotidiano escolar. Essas orientações contribuem para ampliar a compreensão sobre as situações de crise e indicam a necessidade de desenvolver ações pedagógicas que priorizem a prevenção, o acolhimento e o respeito às singularidades dos estudantes.

A pesquisa também evidenciou a importância da atuação da gestão escolar na promoção de práticas inclusivas. A gestão desempenha papel fundamental na organização do trabalho pedagógico, na promoção de momentos de formação e diálogo entre os profissionais e na construção de uma cultura institucional comprometida com a inclusão. Ao criar condições para o planejamento coletivo e para a troca de experiências entre os profissionais, a gestão contribui para fortalecer as práticas pedagógicas voltadas ao atendimento das necessidades dos estudantes com TEA.

Apesar dos avanços observados nas políticas de educação inclusiva, o estudo também aponta que ainda existem desafios importantes relacionados à formação dos profissionais da educação e à implementação efetiva de práticas pedagógicas inclusivas no cotidiano escolar. Muitas vezes, os profissionais sentem-se inseguros ou despreparados para lidar com situações de crise, o que evidencia a necessidade de ampliar os espaços de formação continuada e de acompanhamento institucional.

Dessa forma, considera-se que esta pesquisa contribui para ampliar as discussões sobre a inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista no contexto escolar, especialmente no que se refere às estratégias de prevenção e mediação de crises. Ao sistematizar as contribuições presentes na literatura e nos documentos institucionais analisados, o estudo reforça a importância de desenvolver práticas pedagógicas que considerem as singularidades dos estudantes e promovam ambientes escolares mais acolhedores, organizados e inclusivos.

Por fim, espera-se que as reflexões apresentadas neste trabalho possam contribuir para o fortalecimento das práticas educacionais inclusivas e para a construção de estratégias institucionais que auxiliem os profissionais da educação no enfrentamento dos desafios relacionados à escolarização de estudantes com TEA, favorecendo sua participação, aprendizagem e desenvolvimento no ambiente escolar.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC, 2020.

FORTALEZA. Secretaria Municipal da Educação. **Protocolo de prevenção e mediação de crises em estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e outras neurodivergências na perspectiva pedagógica**. Fortaleza: SME, 2024.

FIGUEIREDO, Rita Vieira de. **Escola inclusiva: a organização pedagógica do trabalho escolar**. Fortaleza: UFC, 2018.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GLAT, Rosana; PLETSCHE, Márcia Denise. **Educação inclusiva: cultura e cotidiano escolar**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2012.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 6. ed. São Paulo: Heccus, 2013.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2015.

RIBEIRO, S. L. S.; LEAL, G. K. Educação inclusiva e história oral: narrativas de professores sobre a deficiência na infância. **Revista Observatório**, Palmas, v. 2, n. 1, p. 161–177, jan./abr. 2016.

RIBEIRO, S. L. S.; BIZARRIA, G. A. M.; MENDONÇA, S. D. Contribuições de práticas educativas inclusivas: adaptações curriculares e ensino de artes visuais para crianças com Síndrome de Down, na educação infantil. **InterMeio: Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação**, Campo Grande, v. 26, n. 51-52, p. 56–80, jan./dez. 2020.

RIBEIRO, S. L. S.; BRISOLA, E. M. A.; SEBASTIAN-HEREDERO, E. Educadores, tecnologias e inovações sociais: educação na diversidade para a construção da cidadania. **Humanidades & Inovação**, v. 7, p. 18–31, 2020. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/2710>.

RIBEIRO, S. L. S.; MACIEL, C. E.; MONTEIRO, E. A. C. Formação e prática docente: narrativas de professores sobre saberes para a educação inclusiva. **Humanidades & Inovação**, Palmas, v. 9, n. 5, p. 217–230, 2022.

RODRIGUES, David. **Educação inclusiva: os desafios da equidade e da qualidade**. Porto: Porto Editora, 2017.

SCHMIDT, Carlo; BOSA, Cleonice Alves. **Autismo: intervenções educacionais e inclusão escolar**. Porto Alegre: Artmed, 2017.